



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1003371-76.2018.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento Comum - Contratos Bancários**
Requerente: **Isabel Cristina Gonçalves**
Requerido: **'Banco do Brasil S/A**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Flavia de Almeida Montingelli Zanferdini**

Vistos.

ISABEL CRISTINA GONÇALVES ajuizou a presente ação em face de **BANCO DO BRASIL S/A**, alegando, em síntese, que é servidora pública estadual e celebrou com o réu dois empréstimos, um dos quais consignado, sendo descontado diretamente de sua folha de pagamentos o valor de R\$ 1.069,68, enquanto que o outro empréstimo é descontado de sua conta corrente por ocasião do crédito salarial, no valor de R\$ 624,84, totalizando a quantia mensal de R\$ 1.694,52, que corresponde a 47,38% de seus vencimentos líquidos, muito superior ao legalmente permitido que é de 30%. Requereu: a) a tutela antecipada para limitar os descontos efetuados mensalmente no percentual de 30% de seus rendimentos líquidos, bem como a suspensão dos juros, correção monetária, multas e quaisquer encargos que recaiam sobre os valores suspensos; b) seja declarado que a remuneração líquida da autora, passível de descontos decorrentes de empréstimos, é de R\$ 3.576,42 e que os descontos mensais sejam limitados ao percentual de 30% de seus rendimentos líquidos, resultando no valor máximo de R\$ 1.072,92; c)



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

4ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

em caso de desobediência, no caso de desconto de valor acima do limite de 30%, seja determinada a restituição imediata do valor indevidamente descontado, sob pena de multa diária; d) que o réu se abstenha de incluir informações junto à Central de Riscos do Banco Central do Brasil ou quaisquer órgãos de restrição, sob pena de multa diária.

A tutela de urgência foi indeferida a fls. 22.

O réu, em contestação de fls. 27/43, requereu a improcedência do pedido, alegando, em síntese, que: a) os valores cobrados foram todos pactuados de forma lícita e regular, respeitados os limites legais quando da contratação, de acordo com o sistema do banco e com o Portal do Consignado; b) somente os empréstimos consignados podem ser objeto de eventual limitação, conforme legislação sobre o tema; c) na remota hipótese de procedência do pedido, a limitação aplicável é de 35% e não 30% como pretende a autora; d) a limitação deve incidir sobre o salário bruto e não sobre o líquido; e) sustenta inaplicabilidade do CDC. Juntou documentos.

Réplica de fls. 82/84.

É o relatório.

Fundamento e Decido.

Possível o julgamento antecipado da lide, nos termos do artigo 355, I, do NCPC. Trata-se de matéria apenas de direito.

Trata-se de relação de consumo, incidindo as regras previstas nos artigos 6º, V, e 51, IV, ambos do Código de Defesa do Consumidor.

Considerando que a autora é servidora pública estadual, aplicam-se, em tese, as disposições contidas no Decreto Estadual n. 61.750, de 23.12.2015, no que for cabível.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Ocorre que o art. 1º, do referido Decreto, estabelece que *a margem consignável a que se refere o item 5 do § 1º do artigo 2º do Decreto nº 60.435, de 13 de maio de 2014, fica alterada de 30% (trinta por cento) para 35% (trinta e cinco por cento).*

O parágrafo 1º, do citado artigo, por outro lado, prevê que *a margem consignável a que alude o “caput” deste artigo poderá ser majorada, adicionalmente, em até 5% (cinco por cento), com exclusiva destinação ao pagamento de dívidas contraídas por meio de cartão de crédito, junto à instituição bancária.*

Logo, no caso em tela a limitação permanece em 30% porque não se trata de dívidas de cartão de crédito.

Deve-se ter em mente que o legislador, ao aprovar tais normas, tinha por finalidade prestigiar os princípios da função social dos contratos e da dignidade da pessoa humana.

A função social é, em linhas gerais, uma limitação do princípio da autonomia da vontade, de forma a impedir que essa autonomia esteja em confronto com o interesse social. O Estado intervém na confecção e na interpretação dos contratos, a fim de preservar garantias elementares ao ser humano, importante para toda a sociedade.

O princípio da dignidade da pessoa humana, por outro lado, constitui-se num dos fundamentos da República Federativa do Brasil, conforme dispõe o art. 1º, III, da Constituição Federal.

Não se trata de declarar a nulidade dos contratos firmados pela autora com a instituição financeira, mas, tão somente, uma adequação à realidade das partes, em atenção à função social inerente a toda a contratação.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

4ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Os descontos que estão sendo efetuados pela ré em folha de pagamento e na conta corrente da autora, ultrapassam o percentual de 30% previstos na legislação estadual que, nada obstante tenha sofrido majoração para 35%, nos termos do Decreto n. 61.750/2015, essa majoração tem destinação exclusiva para o pagamento de dívidas contraídas por meio de cartão de crédito junto à instituição bancária.

A jurisprudência encontra-se consolidada no sentido de que essa limitação deve ser estabelecida no percentual de 30% (trinta por cento).

Nesse sentido: “TUTELA ANTECIPADA – CONTRATO BANCÁRIO – EMPRÉSTIMOS CONSIGNADOS EM FOLHA DE PAGAMENTO E EMPRÉSTIMO PESSOAL PARA DESCONTO EM CONTA CORRENTE – LIMITAÇÃO DOS DESCONTOS A 30% DOS RENDIMENTOS LÍQUIDOS DO CORRENTISTA DEFERIDO – AGRAVO DE INSTRUMENTO - Os descontos efetuados pelo banco em folha de pagamento e conta corrente, ao que parece, não estão dentro da margem de 30% e merecem ser limitados – Decisão mantida. Recurso não provido (TJSP; Agravo de Instrumento 2081511-59.2018.8.26.0000; Relator (a): Marino Neto; Órgão Julgador: 11ª Câmara de Direito Privado; Foro de Osasco - 8ª. Vara Cível; Data do Julgamento: 21/06/2018; Data de Registro: 21/06/2018).”

“Agravo de instrumento – Ação de obrigação de fazer com pedido de antecipação dos efeitos da tutela – Insurgência em face de decisão que deferiu a medida de urgência para determinar ao banco agravante o reescalonamento das parcelas dos empréstimos da correntista, a partir do próximo mês de maio/2018, de modo que a soma das parcelas debitadas diretamente da folha de pagamento e em conta salário não ultrapasse o valor



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

4ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

de 30% dos rendimentos líquidos da autora, sob pena de multa de R\$ 1.500,00 por cada lançamento indevido – Improcedência do inconformismo - Aplicação do limite de 30% consolidado na jurisprudência - Medida que se autoriza pelo poder de cautela do Magistrado – Banco autorizado a proceder desconto a título de empréstimos pessoal/consignado/conta corrente limitado a 30% do valor creditado na conta salário da agravada – Prioridade à integridade física e moral do autora que, entretanto não pode esquivar-se de cumprir sua parte – Limitação judicialmente determinada mantida – Agravo desprovido (TJSP; Agravo de Instrumento 2096542-22.2018.8.26.0000; Relator (a): Jacob Valente; Órgão Julgador: 12ª Câmara de Direito Privado; Foro Regional I - Santana - 7ª Vara Cível; Data do Julgamento: 14/06/2018; Data de Registro: 14/06/2018).”

Por rendimentos líquidos deve-se entender os resultantes da diferença entre os rendimentos brutos e os descontos obrigatórios, neles incluídos o imposto de renda retido na fonte e as despesas previdenciárias.

De acordo com o Demonstrativo de Pagamento, colacionado a fls. 20, verifica-se que o rendimento bruto mensal da autora, tomando por base de referência o mês 02/2018, é de R\$4.326,47, enquanto que o desconto do Imposto de Renda Retido na Fonte é de R\$230,24 e a contribuição previdenciária no valor de R\$475,91. Subtraindo-se tais descontos, constata-se que os rendimentos líquidos da autora correspondem à quantia de R\$ 3.620,32. Considerando-se que os descontos em folha de pagamento e em conta corrente não podem exceder ao percentual de 30% dessa quantia, os descontos estão limitados à quantia de R\$1.086,09.

De acordo com a autora, a ré vem efetuando descontos no valor de R\$1.694,52, que corresponde ao percentual de 46,805% dos vencimentos



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

líquidos da autora e, portanto, superior à limitação prevista em Lei.

Por tais razões, procede a pretensão da autora.

Importante ressaltar, todavia, que não há que se falar em suspensão dos juros e correção monetária sobre os valores excedentes, cabendo à instituição financeira proceder às readequações necessárias respeitando-se os juros pactuados, aumentando, se o caso, o número de parcelas do financiamento.

Pelo exposto, julgo procedente o pedido, para o fim de determinar ao réu que promova a readequação do saldo devedor, com a retenção de apenas 30% dos vencimentos líquidos da autora, que são de R\$ 3.620,32, nos termos da fundamentação, a título de pagamento dos empréstimos contratados.

Sucumbente, condeno o réu ao pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios, que arbitro em 10% do valor atribuído à causa, com atualização monetária a partir do ajuizamento e juros de mora a partir do trânsito em julgado.

Publique-se. Intimem-se.

São Carlos, 05 de julho de 2018.

Juiz(a) Flavia de Almeida Montingelli Zanferdini

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**